



CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A.

COMPANHIA ABERTA
CNPJ nº. 83.878.892/0001-55
NIRE 42300011274

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30/04/2010

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 de 17 de Dezembro de 2009

Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que será submetido à apreciação de seus Acionistas, na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., que realizar-se-á em 30 de abril de 2010, às 10 horas, na sede social da Empresa, na Avenida Itamarati, 160, no bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a Proposta da Administração nos seguintes termos:

1. Tomada de Contas dos Administradores, apreciação e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia, do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
2. Destinação do Lucro Líquido do Exercício, no montante de R\$127,28 milhões, sendo que R\$6,36 milhões serão destinados a constituição da Reserva Legal; e dividendos propostos no valor de R\$36,27 milhões com a distribuição de R\$0,88745566 por ação ordinária e R\$0,97620123 por ação preferencial, aos acionistas detentores de participação acionária até 30 de abril de 2010. A administração recomenda a retenção dos dividendos que cabem ao acionista majoritário, o Estado de Santa Catarina, até solução do Termo de Acordo assinado entre as partes, com base no Protocolo de Intenções ECP 003/1988;
3. Eleição de membros do Conselho de Administração e Fiscal, e fixação da respectiva remuneração;
4. Fixação do montante global da remuneração dos integrantes da Diretoria Executiva, no montante total de R\$1.317.360,00;
5. Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia.

Welson Teixeira Junior

Diretor de Relações Institucionais e com Investidores



DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

ANEXO 9 – I - II da INSTRUÇÃO CVM N°. 481 de 17 de Dezembro de 2009

1. Informar o lucro líquido do exercício:

LUCRO LÍQUIDO Exercício 2009
R\$ 127.283.052,64

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Valor do Provento por Ação		Valor Total Distribuído
2009	DIV	ON	R\$ 0,88745566	R\$ 36.275.670,00
		PNA	R\$ 0,97620123	
		PNB	R\$ 0,97620123	
	JCP	-	-	-
		-	-	
		-	-	

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A proposta para ser apreciada na Assembléia Geral Ordinária contempla a distribuição de 30% do Lucro Líquido Ajustado.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve dividendo distribuído com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Valor do Provento por Ação		Total por Espécie e Classe
2009	DIV	ON	R\$ 0,88745566	R\$ 13.779.645,61
		PNA	R\$ 0,97620123	R\$ 49.477,78
		PNB	R\$ 0,97620123	R\$ 22.446.546,56
	JCP	-	-	-
		-	-	-
		-	-	-

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado. Os acionistas terão seus pagamentos disponibilizados de acordo com o domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú S.A. – Instituição depositária de ações, a partir da data de início da distribuição destes direitos. Os detentores de Ações depositadas em Custódias Fungíveis das Bolsas de Valores receberão o pagamento através do órgão custodiante.



c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há incidência de atualização e juros sobre os proventos declarados.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável, pois não houve dividendos intercalares.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

EXERCÍCIO SOCIAL	Lucro Líquido Ajustado (R\$ mil)	Lucro Líquido Ajustado por Ação	
		ON	PNA
2009	120.919	ON	R\$ 3,1349
		PNA	R\$ 3,1349
		PNB	R\$ 3,1349
2008	245.522	ON	R\$ 6,7004
		PNA	R\$ 6,7004
		PNB	R\$ 6,7004
2007	328.691	ON	R\$ 8,9702
		PNA	R\$ 8,9702
		PNB	R\$ 8,9702
2006	202.964	ON	R\$ 5,5390
		PNA	R\$ 5,5390
		PNB	R\$ 5,5390



b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

EXERCÍCIO SOCIAL	TIPO	Valor do Provento por Ação		Total Distribuído por Tipo de Provento	TOTAL DISTRIBUÍDO RELATIVO AO EXERCÍCIO
		ON	PN		
2008	DIV	ON	R\$ 1,80194865	R\$ 73.656.518,74	R\$ 73.656.518,74
		PN	R\$ 1,98214352		
	JCP	-	-	-	
		-	-		
2007	DIV	ON	R\$ 0,69637750	R\$ 28.451.264,23	R\$ 98.607.264,23
		PN	R\$ 0,76564152		
	JCP	ON	R\$ 1,71631122	R\$ 70.156.000,00	
		PN	R\$ 1,88794234		
2006	DIV	ON	R\$ 0,01812870	R\$ 741.029,45	R\$ 50.741.029,45
		PN	R\$ 0,01994157		
	JCP	ON	R\$ 0,06116053	R\$ 50.000.000,00	
		PN	R\$ 0,06727658		

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% do Lucro Líquido.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Forma de Cálculo da Reserva Legal	
(valores em R\$ mil)	
Exercício Social 2009	
Lucro Líquido do Exercício	127.283
(-) Reserva Legal (5%)	6.364
(=) Lucro Líquido Ajustado (base de cálculo para destinação de dividendos)	120.919

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável. A Companhia não estabelece dividendos fixos ou mínimos para as ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.



10. Em relação ao dividendo obrigatório.

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Apurado o resultado do exercício, serão destinados 5% do Lucro para Reserva Legal, do saldo remanescente, o lucro líquido ajustado do exercício, serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente.
c. Informar o montante eventualmente retido.

A Administração da Companhia, considerando as tratativas em curso (ver Nota Explicativa nº14 das Demonstrações Financeiras) e com base no Protocolo de Intenções ECP 003/1988, resolve propor a Assembléia Geral de Acionistas a retenção dos dividendos que cabem ao acionista majoritário, o Estado de Santa Catarina, no valor de R\$6,9 milhões, conforme Deliberação nº008/2010 de sua Diretoria Executiva e na recomendação de seu Conselho de Administração em reunião realizada em 26/03/2010.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

- a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável. Não houve retenção de dividendo obrigatório decorrente da situação financeira da Companhia.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável. Não houve destinação do resultado para reservas de contingência.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável. Não houve destinação do resultado para reservas de lucros a realizar.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.



14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável. Não há destinação do resultado para reservas estatutárias.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

- a. Identificar o montante da retenção.

O montante destinado à constituição de Reserva de Retenção de Lucros é R\$84.644 mil.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2010, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei 6.404/76.

Programa de Investimentos

PROGRAMAS	VALORES (R\$ MIL)
Distribuição Energia Elétrica	293.495
Telecomunicação	29.111
Comercialização de Energia	23.000
Tecnologia da informação	16.680
Mobiliários em geral	18.514
Geração de Energia	60.000
TOTAL GERAL	440.800

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

- a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável. Não há destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais.

- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



INFORMAÇÕES ACERCA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

ANEXO 24 - Item 13 do Formulário de Referência constante na Instrução CVM 480/2009 de 17 de Dezembro de 2009

13. Remuneração dos Administradores

Para o exercício de 2010, propomos o montante de até R\$2.399.440,00 para a remuneração dos Administradores, que inclui honorários e plano de saúde.

13.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à satisfação dos clientes, expansão dos negócios e retorno aos acionistas.

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Remuneração Direta: representa a remuneração fixa, honorário mensal.

Remuneração Indireta: representa os benefícios, vale alimentação, assistência médica.

Remuneração Variável: Participação nos Lucros e Resultados

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Conselho de Administração - Remuneração Fixa: 100%

Diretoria - Remuneração Fixa: 81,63% e Remuneração Variável: 18,37

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Não há na companhia metodologia de cálculo de reajuste para remuneração dos administradores.

O montante Global da remuneração dos administradores é aprovado pela Assembléia Geral, e posteriormente individualizada pelo Conselho de Administração, com base nas melhores práticas de mercado e com objetivo de garantir o cumprimento do plano de negócio da companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

Garantir a competitividade e atratividade da companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores de desempenho vinculados à remuneração dos administradores

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No início do ano subsequente ao exercício e após a apuração dos resultados financeiros da companhia, os valores obtidos pelos indicadores determinam a remuneração variável, dentro dos parâmetros pré-fixados.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia



A prática de remuneração utilizada pela companhia é baseada em valores fixos e eventualmente variáveis. A remuneração fixa garante a competitividade e atratividade de profissionais altamente qualificados, já a variável é estabelecida com base em indicadores de desempenho e paga aos Diretores, nas mesmas bases em que são distribuídos aos empregados.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração é suportada pela própria companhia.

g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

13.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2010.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e COMITÊS DE ASSESSORAMENTO – Proposta 2010

ORGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MEMBROS	13
REMUNERAÇÃO ANUAL FIXA	--
honorários ou salário	R\$823.680,00
benefícios diretos ou indiretos	--
participação em comitês	--
Reembolso despesas de viagem	R\$100.000,00
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	
Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	--
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	R\$923.680,00

CONSELHO FISCAL

ORGÃO	CONSELHO FISCAL
MEMBROS	05
REMUNERAÇÃO FIXA	R\$158.400,00
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	--
TOTAL	R\$158.400,00



DIRETORIA

ORGÃO	DIRETORIA
MEMBROS	03
REMUNERAÇÃO FIXA	-- R\$1.119.360,00 -- --
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	R\$198.000,00
TOTAL	R\$1.317.360,00

HOLDING

NG 02	ADMINISTRADORES	2007	2008	2009
TG 2065	Contribuição Mantenedora	-	84.416,40	-
TG 2070	Programa Plano Amhor	-	5.226,51	-
TG 2072	Auxílio Médico Odontológico	-	967,56	77.261,55
TG 2082	Remuneração Diretores	1.899.458,71	2.137.946,79	1.233.041,11
TG 2085	Encargos Sociais Diretores	377.749,97	998.718,44	138.189,32
TG 2086	Encargos Sociais Diretores - FGTS	69.373,18	46.047,24	69.870,80
TG 2087	Encargos Sociais Cons. Fiscal	43.200,00	49.600,00	35.200,00
TG 2088	Encargos Sociais Cons. Administração	108.720,00	129.944,00	136.781,33
TG 2090	Remuneração Cons. Fiscal	216.924,51	248.000,00	176.000,00
TG 2091	Remuneração Cons. Administração	543.600,00	649.720,00	683.906,67
	TOTAL	3.259.026,37	4.350.586,94	2.550.250,78



13.2.c.i Remuneração Fixa anual segregada em: (a) salário ou pró-labore; (b) benefícios diretos e indiretos; (c) remuneração por participação em comitês; (d) outros

Remuneração anual fixa (a) por salário ou pro labore:

Conselho de Administração - R\$ 923.680,00

Conselho Fiscal – R\$ 158.400,00

Diretoria – R\$ 1.119.360,00

Neste exercício e nos 3 (três) exercícios anteriores, a companhia não aplica/aplicou remuneração por participação em comitês ou outra forma de remuneração que não a remuneração por salário ou pró-labore e benefícios diretos ou indiretos descritos no quadro acima.

13.2.c.i Remuneração Variável segregada em: (a) bônus; (b) participação nos resultados; (c) remuneração por participação em reuniões; (d) comissões; (e) outros.

Remuneração Variável segregada em Participação nos Resultados:

Conselho de Administração - Não se aplica

Conselho Fiscal – Não se aplica

Diretoria – R\$ 198.000,00

13.2.c.iii Benefícios pós emprego (iv) pela cessação do exercício do cargo e (v) remuneração baseada em ações.

Não se aplica

13.2.e Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

R\$ 2.399.440,00

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2010.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ORGÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MEMBROS	13
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL Participação nos Lucros e Resultado (PLR)	Não se aplica

CONSELHO FISCAL

ORGÃO	CONSELHO FISCAL
MEMBROS	05



REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	Não se aplica
----------------------	---------------

DIRETORIA

ORGÃO	DIRETORIA
MEMBROS	03
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	
- em relação ao bônus	Não se aplica
- em relação à participação no resultado – 2010:	
- valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$198.000,00
- valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$198.000,00
- valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R\$198.000,00
	2007 – 06 membros – R\$ 270.000,00
	2008 – 06 membros – R\$ 316.250,00
	2009 – 05 membros – R\$ 80.923,33 (não paga a 2ª Parcela da PLR- abril 2010)
- valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	

13.4 Plano de Opção de Ações

Não se aplica

13.5 Ações detidas pelos membros da Administração da Companhia

CELESC - Ações detidas pela Diretoria Executiva, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal em 31/12/2009

ACIONISTAS	AÇÕES ON		AÇÕES PNA		AÇÕES PNB		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5	0,00%	0	0,00%	5	0,00%	10	0,00%
DIRETORIA EXECUTIVA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
CONSELHO FISCAL	0	0,00%	0	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
OUTROS ACIONISTAS	15.527.132	100,00%	50.684	100,00%	22.993.731	100,00%	38.571.580	100,00%
TOTAIS	15.527.137	100,00%	50.684	100,00%	22.993.737	100,00%	38.571.591	100,00%



13.6. Plano de Opção de Ações reconhecido nos três últimos exercícios sociais exercício das Opções

Não se aplica

13.7 Opções de Ações em aberto

Não se aplica.

13.8 Opções exercidas

Não se aplica

13.9 Informações relevantes sobre Plano de Opção de Compra de Ações

Não se aplica

13.10 Planos de previdência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Não se aplica

13.11 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais

Exercício - 2009

Conselho de Administração

Número de Membros 13

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$52.800,00

Maior Remuneração Individual - R\$52.800,0

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$52.800,00

Conselho Fiscal

Número de Membros 5

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$26.400

Maior Remuneração Individual - R\$26.400

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$26.400

Diretoria

Número de Membros 3

Remuneração anual

Menor Remuneração Individual - R\$439.120,00



Maior Remuneração Individual - R\$439.120,00

Valor Médio de Remuneração Individual - R\$439.120,00

A proposta de remuneração dos administradores para o exercício 2010 é a mesma praticada em 2009.

13.12 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Não se aplica

13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não se aplica

13.14 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica

13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não se aplica

13.16 Outras Informações Relevantes

Não há



**INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL
INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR**

ANEXO 24 - Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência constante na Instrução CVM 480/2009 de 17 de Dezembro de 2009

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Sergio Rodrigues Alves

Idade: 55

Profissão: Advogado e Administrador de empresas

CPF: 293.374.029-04

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Diretor Presidente

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Assuntos Estratégicos e Comercial do Conselho de Administração.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

maio 1999 – Vice Presidente – Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ

jul 2003/2006 – Presidente Fiação São Bento S.A

jun 2005/2006 – Presidente – Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ

jan 2007/dez 2008 – Secretário da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal



Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Antonio Fernando do Amaral e Silva

Idade: 70

Profissão: Desembargador de Justiça aposentado

CPF: 098.907.859-00

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado será membro do Comitê Jurídico e de Auditoria do Conselho de Administração



12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia

março 1995 a novembro de 2001 – Professor da cadeira de Direito da Criança e do Adolescente da Escola Superior de Magistratura em Santa Catarina

fevereiro 1997/2002 – Presidente da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

jun 2002/2004 – Presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina

2006/ 2007 – Diretor Executivo da Academia Judicial do Poder Executivo de Santa Catarina.

2008/ 2009 – Diretor de Relação Institucionais da Associação Nacional de Desembargadores - ANDES

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Andriei José Beber

Idade: 36

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 014.789.149-39

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não se aplica.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

1999/2003 – Professor do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2004/2010 – Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Manutenção Predial na Universidade do Vale do Itajaí.

2006/2010 – Professor do Programa de Pós-Graduação FGV Management na Fundação Getúlio Vargas.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor



- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado não possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Derly Massaud de Anuniação

Idade: 58

Profissão: Administrador de Empresas e Jornalista

CPF: 130.645.500-63

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Recursos Humanos do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

02.01.2003 até a presente data é Secretário de Estado da Comunicação do Governo do Estado de Santa Catarina.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica



12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Milton de Queiroz Garcia

Idade: 47

Profissão: Advogado

CPF: 443.311.009-44

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.



12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê de Recursos Humanos do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Empregado e Advogado da Celesc Distribuição S.A.

Assistente e Assessor da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2007 até a presente data - Presidente da Fundação Celesc de Seguridade Social.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Pedro Bittencourt Neto

Idade: 54

Profissão: Advogado

CPF: 224.528.699-53

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O indicado é/será membro do Comitê Jurídico e de Auditoria do Conselho de Administração

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Advogado;

Funcionário do Setor de Financiamento da FLORISA;

Diretor Comercial de Alô Representações e Comércio LTDA.;

Responsável pelo Setor de Produção da OBA – Organizações Bittencourt de Alimentos S/A;

Procurador Diretor-Administrativo da OBA – Organizações Bittencourt de Alimentos S/A;

Assessor Técnico Legislativo;

Assessor da Presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Secretário Parlamentar.

2005 até atualmente – Conselheiro de Administração da CASAN e CELESC

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

2005 até atualmente – Conselheiro de Administração da CELESC

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :



i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho de Administração:

Nome: Lírio Albino Parisotto

Idade:56

Profissão: Empresário

CPF: 224.528.699-53

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o



grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Presidente da VIDEOLAR S/A (1988 – Atual); Aúdio Caxias – Audiolar (1980 – 1987).

Membro do Conselho de Administração da Eternit desde 2004.

Ocupa a posição de Presidente do Conselho da Videolar

Vice- Presidente da Fundação Amazonas Sustentável

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho de Administração da CELESC – 05/2007 a 04/2009

Membro do Conselho de Administração da Eternit desde 2004.

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



CONSELHO FISCAL

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

Nome: Ronaldo Baugartem Junior

Idade:41

Profissão: Advogado

CPF: 624.530.419-91

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Diretor da Baumgarten Gráfica Ltda.

Diretor para Assuntos da Indústria da Associação Empresarial de Blumenau (ACIB).

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da CELESC – 2007 a 2010

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor



- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

Nome: Luiz Rogério Gonçalves

Idade: 45

Profissão: Arquiteto

CPF: 079.023.648-60

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Diretor de Projetos e Captação da Secretaria de Estado da Infra-estrutura - SEINFRA (atual).

Diretor de Transportes Terrestres da Secretaria de Estado da Infra-estrutura (2005-2006).

Diretor Presidente Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville, 2002-2004

Diretor Vice-Presidente Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville, 1997-2002

Diretor de Desenvolvimento Físico-Territorial

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville, 1994-1997

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor



- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

Nome: Célio Goulart

Idade: 81

Profissão: Advogado

CPF: 001.884.689-00

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Advogado, inscrito na OAB de SC a partir de maio de 1962; Conselheiro do Serviço Social da Indústria (SESI) a partir de março de 2003; Conselheiro do Conselho fiscal da SCGAS a partir de fevereiro de 2003.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da CELESC – 2003 a 2010

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;



Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

Nome: Luciano Veloso Lima

Idade: 37

Profissão: Administrador

CPF: 665.668.789-04

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Diretor Administrativo e Financeiro da Secretaria de Coordenação e Articulação de Governo do Estado de SC - 2003 a 2010.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas



Não se aplica

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Efetivo do Conselho Fiscal:

Nome: Gilberto Antonio Gadotti

Idade: 55

Profissão: Advogado

CPF: 222.357.959-00

Cargo eletivo a ocupar: Membro Efetivo

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.



12.8.a Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Chefe do gabinete do vice-governador de SC Sr Leonel Pavan; Diretor de Planejamento e Pesquisa da Secretaria de Turismo e Comércio; Secretário de Turismo, Assessor Parlamentar, Chefe de Gabinete da Pref. De Balneário Camboriú/SC, Conselheiro da UNIVALI.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da CELESC – 2008 a 2010

12.8.b descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos :

i. qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

Não houve.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não houve

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia

c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.

12.6. Informações Candidato a Membro Suplente do Conselho Fiscal:

Nome: Saliba Nader Neto

Idade: 57

Profissão: Engenheiro Mecânico



CPF: 249.110.039-87

Cargo eletivo a ocupar: Suplente

Data de Convocação da Assembléia para eleição: 30 de abril de 2010

Data prevista da posse: 14 de maio de 2010

Prazo do mandato: 1 ano

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: não

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: O indicado será eleito pelo controlador.

12.8. Currículo contendo dados abaixo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as, sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico da Companhia, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

DEINFRA - Atividade pública na área de infra-estrutura de transportes (atual).

Atuação na iniciativa privada com ênfase no mercado internacional nos segmentos eletro- eletrônico, metal-mecânico e têxtil.

12.9. Não possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. O indicado não é conselheiro em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia
- b. O indicado possui relação com o controlador direto ou indireto da Companhia
- c. Não possui qualquer relação com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoa.



COMENTÁRIO DOS DIRETORES

INSTRUÇÃO CVM Nº. 480 de 07 de Dezembro de 2009 e INSTRUÇÃO CVM Nº. 481 de 17 de Dezembro de 2009

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 10

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Na visão da Diretoria Executiva, a Companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras suficientes para cumprir - não apenas - suas obrigações de curto, médio e longo prazo, mas também para concretizar seus objetivos estratégicos previstos na *Carta Diretriz* estabelecida no início de 2009, e divulgados através de *Comunicado ao Mercado* em 11/03/2009.

CELESC - Principais Indicadores Financeiros e Patrimoniais Consolidados (em R\$ mil)

	2009	2008	2007
Patrimônio Líquido	1.729.474	1.638.252	1.453.363
Receita Operacional Líquida	3.660.043	3.520.893	3.166.800
Resultado do Serviço	190.788	428.223	363.407
Lucro Líquido	127.283	258.444	345.990
EBITDA (LAJIDA)	328.948	568.959	480.773
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	8,99%	16,16%	15,18%
Dívida Bruta	189.325	193.918	168.210
Disponibilidades	384.341	340.272	492.642
Dívida Líquida (Dívida Bruta - Disponibilidades)	(195.016)	(146.354)	(324.432)
Investimentos	298.988	349.751	343.142

- b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

A atual estrutura de capital do Grupo Celesc apresenta níveis conservadores de alavancagem. Em especial, na Celesc Distribuição, a Diretoria visa adequar sua estrutura de capital, investindo parcela relevante de capital de terceiros no ativo remunerável. Dessa forma, busca deslocar o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de modo a resultar em margens de rentabilidade que viabilizem o cumprimento de seu plano de negócios e proporcionem a adequada remuneração do capital.

Cabe ainda destacar que não há intenção, por parte da administração, de resgate de ações de emissão da Companhia.

- c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Celesc, durante o exercício social de 2009, demonstrou sólida capacidade de cumprimento de suas obrigações financeiras. A dívida bruta da Celesc em dezembro totalizava R\$189,3 milhões. As disponibilidades da Companhia somavam R\$384,3 milhões, 13% acima da posição de dezembro de 2008. Com isso, a Companhia manteve uma posição financeira estável, encerrando o ano com caixa líquido de R\$195,0 milhões. O quadro abaixo demonstra a relação confortável entre a dívida bruta consolidada e a capacidade de geração de caixa da empresa (EBITDA) nos últimos exercícios:

CELESC - Relação Dívida Bruta vs EBITDA

	2009	2008	2007
Dívida Bruta / EBITDA (x)	0,58	0,34	0,35

A Celesc Distribuição, que concentra a maior parte dos compromissos do grupo, está cumprindo todas as obrigações oriundas do seu passivo de funcionamento e honrando o serviço da dívida. De igual forma, todos os encargos setoriais estão rigorosamente adimplentes.



d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O financiamento do capital de giro da Companhia e de suas subsidiárias tem como origem seus recursos próprios, não sendo necessário recorrer a instituições financeiras para obtenção de financiamentos com esta finalidade.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Conforme já mencionado no item 10.1.c acima, o nível de endividamento da Celesc encontra-se em patamares conservadores. Além disso, o perfil dessa dívida também é bastante favorável: do total da dívida bruta consolidada apenas 25% dos vencimentos situam-se no curto prazo. A composição dos empréstimos e financiamentos, consolidados, com saldos, tipo, prazos, moeda e indexador estão descritos na Nota Explicativa nº18 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2009. Os principais contratos de empréstimos e respectiva destinação são os seguintes:

Contratos	Moeda	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento
BNDES	Reais	10/04/2001	Ampliação da Rede de Gás Natural	4% a.a. + TJLP	Mar/2011
BNDES	Reais	14/05/2007	Ampliação da Rede de Gás Natural	4% a.a. + TJLP	Nov/2013
ECF 2141	Reais	03/07/2002	Luz no Campo	5% a.a.	Fev/2010
ECF 2124	Reais	22/07/2002	Luz no Campo	5% a.a.	Dez/2008
ECF 2270	Reais	28/04/2003	Reluz (Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente)	5% a.a.	Dez/2009
EFS 007	Reais	27/07/2004	Luz para Todos	5% a.a.	Nov/2016
EFS 0096	Reais	09/09/2005	Luz para Todos	5% a.a.	Nov/2016
ECF 2538	Reais	26/06/2006	Melhoria da Eficiência Energética do Sistema de Iluminação Pública do município de Itajaí	5% a.a.	Out/2012
ECFS 219	Reais	12/02/2008	Luz para Todos	5% a.a.	Maio/2020
ECF 2603	Reais	23/07/2007	Programa Reluz	5% a.a.	Mar/2013
Banco do Brasil	Reais	03/12/2007	Destina-se à liquidação dos Contratos nº 9 e nº 10 firmados com a Fundação Celos.	106% CDI	Dez/2012
ECF 2721	Reais	03/12/2008	Destina-se à recuperação do sistema elétrico	5% a.a.	Dez/2014

Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Celesc Distribuição e destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.



BNDES

A Controlada SCGÁS possui dois contratos de empréstimo junto ao BNDES, com saldo em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$32,4 milhões e destinaram-se a ampliação de rede de gás natural. A garantia do financiamento do BNDES 1 está vinculada aos recebíveis da companhia pelo fornecimento de gás, através de uma conta especial junto a Caixa Econômica Federal e a garantia do financiamento do BNDES 2 é a manutenção de títulos em cobrança de alguns clientes especificados em contrato.

Banco do Brasil

Empréstimo contraído em 2007 para saldar os Contratos com a Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS, firmados pela Celesc Distribuição S.A. em abril de 2000.

FIDC

Outra operação de crédito relevante, realizada pela Celesc Distribuição em 2007, foi o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. A subsidiária ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência. O saldo devedor da referida operação em dezembro de 2009 era de R\$152,5 milhões (ante R\$183,3 milhões em 2008).

Os saldos dos empréstimos, financiamentos e encargos das dívidas contratadas apresentam a seguinte composição:

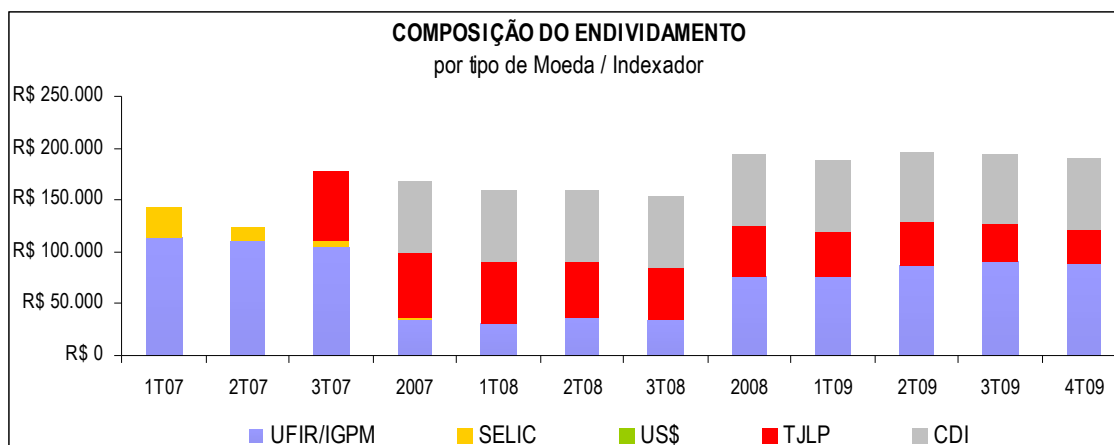
Descrição	Encargos da Dívida	Principal		Total	
		Curto Prazo	Longo Prazo	2009	2008
Em Moeda Nacional					
Eletrobrás S.A. (a)	-	13.924	86.174	100.098	86.477
BNDES (b)	-	15.531	16.877	32.408	48.549
Banco do Brasil S.A. (c)	413	19.507	48.121	68.041	68.391
AVP Eletrobrás	-	(1.561)	(9.661)	(11.222)	(9.499)
	413	47.401	141.511	189.325	193.918

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

Ano	Valor
2011	46.750
2012	47.049
2013	20.819
Após 2013	36.554
AVP Eletrobrás	(9.661)
	141.511

A composição dos empréstimos e financiamentos, consolidados, por tipo de moeda e indexador está apresentada e ilustrada no quadro e no gráfico seguintes:

Moeda (equivalente em R\$)/Indexador	2009		2008	
	R\$	%	R\$	%
UFIR/IGP-M	88.876	46,94	76.978	39,70
TJLP	32.408	17,12	48.549	25,03
CDI	68.041	35,94	68.391	35,27
	189.325	100,00	193.918	100,00
Principal	188.912	99,78	193.155	99,61
Encargos	413	0,22	763	0,39



Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda /Indexador	Taxa Acumulada no Ano (%)	
	2009	2008
UFIR/IGP-M	(1,71)	9,81
SELIC	8,65	12,48
TJLP	6,12	6,25
CDI	9,88	12,38

Restrições legais de endividamento das empresas que ainda permanecem sob controle estatal dificultam o acesso da Celesc e de suas subsidiárias integrais às linhas de crédito do BNDES, impossibilitando-nos de competir em igualdade de condições pela oferta de capital.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações significativas nos itens das Demonstrações Financeiras. Os impactos decorrentes de ajustes contábeis estão devidamente explicados no item 10.2 seguinte.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Apesar dos resultados da Companhia em 2009 refletir a desaceleração econômica decorrente dos efeitos da crise financeira internacional, a retomada do crescimento econômico ocorrida nos últimos trimestres indica melhora significativa dos indicadores econômico-financeiros, configurando-se em uma tendência favorável para os próximos períodos.

A receita operacional líquida consolidada (ROL) manteve sua trajetória de crescimento, apresentando no acumulado de 2009, evolução de 4,0% em relação a 2008 totalizando R\$3.660 milhões (ver item 10.1.a - Quadro 1).



No ano de 2009, o aumento das despesas operacionais (decorrente de fatores extraordinários relevantes na subsidiária de distribuição comentados abaixo) foi maior que o crescimento da receita resultando em uma queda de 55,4% no resultado do serviço, que somou R\$190,8 milhões. Em função disso, o EBITDA acumulado da Celesc caiu 42,2% em relação a 2008 e somou R\$328,9 milhões em 2009. A expectativa da Diretoria é de que as diversas ações efetivadas visando à redução dos custos e o incremento da eficiência operacional, aliadas a não recorrência de eventos extraordinários, permitirá ao Grupo Celesc retomar a trajetória crescente na geração operacional de caixa experimentada nos exercícios anteriores.

Em 2009, o Grupo Celesc registrou lucro líquido de R\$127,3 milhões (redução de 50,8% em relação a 2008) reflexo, principalmente, dos resultados de suas subsidiárias integrais Celesc Distribuição S.A. (R\$71,5 milhões) e Celesc Geração S.A. (R\$24,8 milhões).

- Celesc Distribuição S.A.

A receita gerada pela distribuição de energia elétrica é a principal componente da receita líquida consolidada. Em 2009, colaboraram para o desempenho deste indicador: o maior consumo de energia elétrica proveniente do crescimento vegetativo, a recuperação expressiva do mercado no quarto trimestre de 2009 e o reajuste tarifário concedido pela ANEEL em agosto (em média +6,96%).

Porém, a evolução da receita não foi suficiente para cobrir o aumento das despesas operacionais que foram impactadas tanto por fatores recorrentes como os encargos de uso da rede elétrica (TUST) e as despesas com o PROINFRA, quanto por fatores não-recorrentes (ajustes contábeis extraordinários), tais como: a reversão de ativos regulatórios referentes à PIS e CONFINS (R\$33,5 milhões), a RTE Energia Livre (R\$40,6 milhões) e o reconhecimento do ICMS dos consumidores de baixa renda no valor de R\$17,7 milhões. Tais ajustes não recorrentes afetaram em cerca de R\$66,6 milhões o lucro líquido do exercício de 2009 da distribuidora, que fechou 2009 com resultado líquido de R\$71,5 milhões.

Há de se destacar a forte campanha contra a inadimplência realizada pela Celesc Distribuição, protagonizada por meio de ações que incluíram o cumprimento rigoroso dos prazos para suspensão do fornecimento e de cadastramento dos inadimplentes junto ao Serviço de Proteção ao Crédito – SPC. Ao longo do período, foram recuperados R\$162,7 milhões, incrementando a arrecadação total da Celesc Distribuição, que no quarto trimestre de 2009 (4T09) apresentou o montante de R\$1.391 milhões, crescimento de 12,4% em relação ao 4T08.

- Celesc Geração S.A.

A Receita Operacional Bruta da subsidiária de geração foi de R\$57,7 milhões, 10,99% menor que o ano anterior, devido aos efeitos da queda no Preço de Liquidação das Diferenças – PLD praticado nos submercados. Por outro lado, o crescimento das despesas operacionais, que passaram de R\$4,0 milhões em 2008 para R\$11,6 milhões em 2009, reflete os efeitos da estruturação administrativa da Empresa. Além disso, a Provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro em 2009 foi de R\$9,3 milhões contra R\$3,2 milhões em 2008, este acréscimo decorre da mudança da forma de tributação que ocorria com base no Lucro Presumido e que, por força de Lei Federal, passou a ser praticada com base no Lucro Real. Nesse contexto, o Lucro Líquido da Celesc Geração foi de R\$24,8 milhões, 44,7% menor do que o apurado em 2008 (R\$44,8 milhões).

- Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

O Lucro Líquido apurado pela Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS, em 2009, no valor de R\$66,8 milhões, foi 78,11% superior ao registrado em 2008 de R\$37,3 milhões, e representa incremento de R\$11,4 milhões no resultado da Celesc.

A receita da SCGÁS é oriunda exclusivamente da venda do Gás Natural - GN, único produto comercializado pela companhia para os diversos segmentos de mercado. Em 2009, a receita líquida da SCGÁS foi da ordem de R\$442,7 milhões o que representa um crescimento de 8,24% em relação ao exercício de 2008. O resultado financeiro da SCGÁS em 2009 foi positivo em R\$9,7 milhões dos quais R\$6,5 milhões refere-se a ganho de variação monetária decorrente do comportamento da cotação do dólar entre o período de recebimento do gás e pagamento da respectiva fatura. A geração de caixa da SCGÁS foi positiva em R\$23,7 milhões.

- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE

Em 2009, a Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE obteve Resultado Operacional de R\$35,9 milhões (R\$31,4 milhões em 2008) e Lucro Líquido de R\$25,6 milhões (R\$22,9 milhões em 2008.). O Lucro Líquido é superior em 11,8% ao apresentado em 2008, e acrescentou ao Lucro Líquido consolidado da Celesc em 2009, o montante de R\$5,3 milhões.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A última introdução de segmento operacional nos negócios do Grupo Celesc ocorreu em setembro de 2007, quando a Companhia assumiu o controle da SCGÁS, a concessionária distribuidora de gás natural em 100% do território do Estado de Santa Catarina. A Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total daquela Empresa. O impacto da



referida subsidiária se dá mediante a consolidação de todos os itens do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados com a respectiva eliminação dos efeitos das demais participações minoritárias na controlada. A tendência é de que os impactos futuros dos resultados da SCGÁS estejam em linha com aqueles verificados nos exercícios anteriores desde a aquisição das ações em 2007.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

• Celesc Holding (Controladora)

Em junho de 2009, a Celesc aumentou sua participação na ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ao exercer o direito de preferência na venda, por parte de um dos sócios, de ações representativas de **1,62%** do capital total.

Quadro 3: ECTE - Evolução da participação da CELESC na Composição do Capital Social em Ações

ACIONISTA	em 31/12/2008		Aquisição em 30/06/09	em 31/12/2009		Aquisição em curso	Final	
	QUANTIDADE	%		QUANTIDADE	%		QUANTIDADE	%
ALUPAR	16.838.146	40,00%	0,01%	16.843.146	40,01%	10,01%	21.056.856	50,02%
CELESC	8.418.998	20,00%	1,62%	9.101.584	21,62%	9,26%	13.001.025	30,88%
CEMIG	3.157.124	7,50%	5,87%	5.626.513	13,37%	5,73%	8.037.111	19,09%
MDU	10.523.748	25,00%		10.523.748	25,00%		42.095.000	100%
BIP	3.156.974	7,50%		42.095.000	100%			
TOTAL	42.095.000	100%						

Conforme *Fato Relevante* publicado em 19/11/2009, a Celesc celebrou também, Contrato de Compra e Venda de Ações, para exercer o direito de preferência na aquisição de outros **9,26%** do Capital Social da ECTE. Após a conclusão da operação, que está sujeita à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de outros órgãos financiadores, a Celesc passará a deter **30,88%** do capital votante daquela empresa.

A contabilização dos efeitos do investimento na ECTE S.A. nos resultados da Celesc ocorre mediante Equivalência Patrimonial, implicando no aumento/diminuição do valor da participação na conta investimento, que por sua vez depende da variação que sofre o Patrimônio Líquido da investida em cada exercício social. O impacto potencial do aumento da participação da Celesc na ECTE S.A. será proporcional a aquisição adicional em curso de participação naquela Companhia.

• Celesc Geração S.A.

Além de investir na ampliação e repotenciação das usinas que compõem seu parque gerador, a subsidiária de geração está investindo na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novas usinas e na diversificação da matriz energética do Estado. Através da Chamada Pública nº. 001/2008 a Celesc Geração S.A. busca participar de Sociedades de Propósito Específico – SPE para implantação de novos projetos de PCH's. No ano de 2009 houve a constituição de 07 (sete) parcerias com empresas privadas, para a implantação e exploração de nove empreendimentos:

Quadro 4: Celesc Geração - Parcerias para novos empreendimentos

	Empreendimentos	Potência Instalada	% Celesc Geração
	PCH Rondinha	9,6 MW	30%
	PCH Campo Belo	9,0 MW	30%
	PCH Painei	9,2 MW	30%
	PCH Boa Vista	5,0 MW	30%
	PCH Mangueira de Pedra	9,0 MW	30%
	PCH Xanxerê	6,0 MW	30%
Rio das Flores	PCH Belmonte	3,6 MW	25%
	PCH Prata	3,0 MW	25%
	PCH Bandeirante	3,0 MW	25%

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis



b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Empresa está adotando os dispositivos da Lei nº. 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº. 6.404/76. A referida lei visou, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (“IFRS”). Este processo irá proporcionar o aprimoramento da governança e dos controles internos, qualificando as demonstrações financeiras de maneira a gerar maior transparência e credibilidade perante os investidores e o mercado em geral. A Diretoria Executiva acredita que os principais impactos nas demonstrações financeiras da Celesc estão relacionados à:

- Ativos e Passivos Regulatórios: Não existe norma específica para este assunto em IFRS, por isso na Definição de Ativo onde: “Os recursos controlados pela Entidade como resultado de eventos passados nos quais benefícios econômicos futuros são esperados para a continuidade da Entidade.”, pode-se avaliar que a companhia necessita executar sua operação para recuperar estes ativos, ou seja, a Celesc Distribuição S.A. tem de distribuir energia em períodos futuros objetivando cobrar tais ativos regulatórios, caso contrário existe um aspecto contingente relacionado a recuperação destes ativos. Por isso, nosso corpo técnico está analisando a essência regulatória dessa operação para mapear as possíveis alterações nas demonstrações financeiras. Em se tratando de Passivos Regulatórios, não haverá alteração mesmo não havendo norma que verse sobre esta operação, pois se deve considerar o conceito do conservadorismo.

- Tributos sobre o Lucro: Considerando os ajustes de GAAP efetuados para elaboração das demonstrações financeiras em IFRS, resultarão em efeitos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

- Contratos de Concessão: Na norma anterior contabilizávamos os ativos vinculados à concessão das subsidiárias como sendo um ativo imobilizado da concessionária, mas com a nova regra contábil os ativos da concessão serão bifurcados entre ativos financeiros e intangíveis, o que irá alterar significativamente as contas do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras;

- Provisões para Contingências: Para fins de IFRS, provisões para contingências devem ser reconhecidas quando a Companhia tenha uma obrigação, originada de eventos passados, cuja liquidação, ainda que em data incerta, seja requerida mediante desembolso de caixa, e, quando este desembolso for considerado provável. As normas do IFRS são semelhantes ao BR GAAP; contudo, o conceito de perda provável no IFRS é representado por: *more likely than not* (mais provável do que improvável), ou seja, inclui casos com mais de 50% de chance de perda. São esperados ajustes com relação à provisão para contingências.

- Benefício pós emprego: Para fins de IFRS os benefícios pós aposentadoria devem ser estimados e uma obrigação deve ser reconhecida. Entretanto, caso o plano apresente um superávit superior à obrigação devida, esse valor deve ser reconhecido como ativo da patrocinadora. O IAS prevê à Companhia a opção de utilizar o método “corredor” para a contabilização de ganhos e perdas atuarias acumulados. Vale salientar, que os ativos registrados no balanço patrimonial do fundo devem ser limitados ao menor de: a) ativos resultantes da aplicação do IAS 19; b) valor total líquido entre qualquer perda atuarial não reconhecida e past-service cost, e o valor presente de qualquer reembolso disponível referente ao plano ou redução em contribuição futuro. Com o auxílio de um especialista (atuário) a Companhia está avaliando os ativos e passivos do plano de acordo com o IAS 19.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer dos Auditores Independentes referente às demonstrações do exercício de 2009 contém apenas um parágrafo de ênfase que deve ser comentado. No parágrafo 5, os auditores independentes (BDO Trevisan) destacam o crédito a receber do Estado de Santa Catarina no montante de R\$39,1 milhões, conforme Nota Explicativa nº14. Ao longo do exercício de 2009, a Diretoria Executiva da Companhia, em acordo com as deliberações de seu Conselho de Administração, manteve estreitas negociações com o Estado de Santa Catarina para equalizar a referida dívida. As negociações evoluíram significativamente e aguardam aprovação final do Conselho de Administração.

Outras ênfases presentes no parecer da auditoria externa do exercício de 2008 (Martinelli Auditores) receberam os tratamentos contábeis necessários conforme mencionado anteriormente neste comentário (item 10.2).

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Diretoria entende que o conteúdo da Nota Explicativa nº 2 que compõe as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2009 é suficiente para, em conjunto com o item 10.4 deste comentário, esclarecer as políticas contábeis adotadas pela Empresa e dirimir eventuais dúvidas quanto às questões que possam impactar os resultados futuros da Companhia.



10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria entende que a Companhia pratica níveis adequados de controles internos de forma a assegurar a confiabilidade dos seus relatórios financeiros e contábeis. Os aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração são imediatamente encaminhados à área responsável que elabora o plano de ação monitorado pelo diretor responsável.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Diretoria avalia detalhadamente as recomendações elaboradas pelos auditores independentes quando do recebimento do relatório que aborda os controles internos da Companhia, apurando as oportunidades de melhorias nos aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração. Cumpre destacar que não existem deficiências relevantes que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras do Grupo Celesc.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários no exercício.

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:



- a. investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos
- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor
- c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No acumulado de 2009, os investimentos da Celesc e de suas subsidiárias integrais totalizaram R\$298,9 milhões, uma redução de 14,5% em relação a 2008. Para 2010, o Conselho de Administração do Grupo aprovou para suas subsidiárias integrais o montante de R\$440,8 milhões de investimentos, devendo ser respeitada a disponibilidade de caixa da Companhia.

Quadro 5: Celesc e Subsidiárias Integrais - Investimentos (em R\$ mil)

	2010 ^(A)	2009	2008	2007	2006
CONTROLADORA	119	-	-	-	-
DISTRIBUIÇÃO	380.681	288.088	341.637	342.882	312.956
GERAÇÃO	60.000	10.900	8.114	260	362
Total	440.800	298.988	349.751	343.142	313.318

(A) APROVADO: refere-se ao Programa de Investimentos aprovado pelo Conselho de Administração.

- Celesc Holding (Controladora)

Além do orçamento de investimento previsto para 2010 (R\$119 mil), a Celesc Holding tem outros R\$25 milhões (não realizados em 2009) para concretizar a compra de participação acionária adicional na ECTE S.A., conforme já comentado no item 10.3.b. A controladora aguarda anuência dos órgãos reguladores e financiadores para efetuar o pagamento.

- Celesc Distribuição S.A.

A subestação compacta na Ilha de Santa Catarina, com duas linhas de transmissão subterrâneas, representa investimentos de R\$72 milhões. Sua energização praticamente dobrará a disponibilidade de energia para o centro de Florianópolis e acrescentará 30% para a Ilha. Outro grande benefício do empreendimento será o fechamento em anel do sistema elétrico da região insular da capital, eliminando de uma vez por todas o risco de apagão. As obras foram iniciadas em 2009 e sua conclusão está prevista para junho de 2010.

A subsidiária de distribuição contará com R\$380,7 milhões de orçamento para investimentos em 2010. A maior fatia dos recursos, R\$322,6 milhões, está destinada à viabilização do Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD - que é o plano de investimentos aprovado pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica para ser implantado ao longo do ciclo tarifário (período de agosto de 2008 a julho de 2012). Entre os investimentos previstos, destaque para novas subestações em Garuva, Vidal Ramos, Paranaguamirim, São José do Sertão, Navegantes, Itapoá e Pomerode, e para a conclusão das linhas subterrâneas e da subestação Florianópolis Agrônômica, na Capital.

- Celesc Geração S.A.

Na subsidiária de geração, além dos empreendimentos descritos no item 10.3.b. que serão custeados com recursos próprios, estão em pleno andamento as obras de ampliação da PCH Pery. Em dezembro, foram concluídos os processos de licenciamento. Localizada em Curitiba, oeste catarinense, a usina tem potência instalada de 4,4MW e passará a contar com capacidade de 30MW ao final das obras. Para o empreendimento estão previstos investimentos totais de R\$90 milhões, e o financiamento deve ser levantado junto a Caixa Econômica Federal – CEF, com prazo de pagamento em 90 meses e juros referenciados no CDI.

- Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS

Em 2009, a SCGÁS realizou investimentos de R\$31,7 milhões. Do montante investido em 2009, a maior parte foi aplicada na implantação de aproximadamente 52 quilômetros de novas redes de distribuição de gás natural. Para o exercício social de 2010 a



SCGAS tem previsão orçamentária de investimentos da ordem de R\$47 milhões. A empresa financia os investimentos totalmente com recursos próprios.

Quadro 6: Cia de Gás de Santa Catarina - Investimentos (em R\$ mil)

	2010 ^(A)	2009	2008	2007	2006
SCGÁS	47.000	31.700	22.000	-	-

(A) APROVADO: refere-se ao Programa de Investimentos aprovado pelo Conselho de Administração.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

Sergio Rodrigues Alves
Diretor Presidente

Welson Teixeira Junior
Diretor de Relações Institucionais e com Investidores